ESTUDO DA ACESSIBILIDADE DOS SHOPPINGS DE CAMPO GRANDE

Marcelli dos Santos de Oliveira

Graduando de Engenharia Civil pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
marcelli.oliveira19@gmail.com

Rafael Lima dos Santos

Graduando de Engenharia Civil pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
rafael.limasantos29@gmail.com

José Roberto Moreira Ribeiro Gonçalves

Mestre em Engenharia Agrícola e Ambiental, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Professor do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), RJ, Brasil.
joserobertoverde@gmail.com

RESUMO

Tendo em vista a ausência de acessibilidade em alguns lugares públicos na cidade do Rio de Janeiro, o estudo desenvolvido buscou abordar a temática da acessibilidade nos shoppings West Shopping e Park Shopping Campo Grande, localizado no bairro Campo Grande. Assim sendo, o tema se faz relevante, pois a acessibilidade tem grande peso na inclusão social e urbana da sociedade, tendo em vista a necessidade de se buscar soluções que facilitem a acessibilidade das pessoas. Para fundamentar a pesquisa, foi adotado uma análise de acervos acadêmicos em artigos científicos sobre o tema em questão, sendo realizado, ainda, um estudo de campo objetivando analisar as condições de acessibilidade dos shoppings de Campo Grande.

Palavras-chave: Shoppings. Acessibilidade. Campo Grande.

ACCESSIBILITY STUDY OF CAMPO GRANDE SHOPPINGS

ABSTRACT

The accessibility accessibility address of the city of Rio de Janeiro, the district of Campo Grande, located in Campo Grande. Thus, to become relevant, since accessibility has great weight in social and urban inclusion of society, in view of the need to seek solutions that facilitate the accessibility of people. The research was carried out, an academic research was carried out on scientific articles on the subject in question, and a field study on the accessibility of Campo Grande shopping malls was carried out.

Keywords: Malls. Accessibility. Campo Grande.

1 INTRODUÇÃO

Em 2010, o bairro de Campo Grande abrigava cerca de 328.370 habitantes (IBGE, 2010), sendo o mais populoso da cidade. Sua área de grandes extensões, com 11.912,53 hectares e baixa densidade – 27,5 hab/ha – ainda conta com uma paisagem natural privilegiada, acolhendo parte do Parque Estadual da Pedra Branca e do Parque Municipal da Serra do Gericinó-Mendanha (FONSECA, 2011).

Esse bairro possui um desenvolvimento expressivo do centro comercial. Atualmente, este subcentro oferece amplo poder de atração por sua diversidade comercial e acessibilidade, além de concentrar os dois maiores shoppings da região (FONSECA, 2011).

O West Shopping foi inaugurado em setembro de 1997, com mais de 41.000 m² de área bruta locável, sendo visitado diariamente e recebendo cerca de 11 milhões de pessoas/ano. Já o Park Shopping, por sua vez, foi inaugurado no dia 29 de novembro de 2012, possuindo um projeto único e inovador, que valoriza a Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Considerando que esses Shoppings são lugares públicos, deve-se levar em consideração a acessibilidade do local, uma vez que a pessoa com deficiência possui o direito de ser integrada na sociedade. Pois o Decreto legislativo nº 7.612 de 17 de Novembro de 2011 institui:

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite que possui a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 com status de emenda constitucional.

Ainda, deve-se levar em consideração a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que infere que todos os cidadãos possuem os mesmos direitos, independentemente das suas limitações, sejam elas físicas ou mentais. Diante desse contexto, as cidades vêm implantando a acessibilidade e a mobilidade satisfatória, atendendo o que estabelecem as normas e leis, que citam que uma cidade deve ser apropriada para toda a sua população independente da sua condição física (SOUZA e MELO, 2016).

Diante do cenário apresentado, torna-se fundamental desenvolver pesquisas sobre acessibilidade em locais públicos como Shoppings. Ainda, a relevância sobre o tema se dá, pois, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os censos de 2000 e 2010 mostram que o número de pessoas com deficiência no Brasil chegou 7,0 milhões em 2000 e cresceu para 12,7 milhões em 2010, representando 6,7% da população. Já o contingente de pessoas com

limitação funcional foi de 17,2 milhões em 2000 para 32,8 milhões em 2010 (17,2% da população), dando um total de 24 milhões em 2000 cerca de 14,3% da população e teve um aumento em 2010 de 24% da população brasileira totalizando 45,6 milhões de pessoas com deficiência.

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar a acessibilidade dos shoppings do bairro de Campo Grande, visando analisar se os mesmos estão apropriados para atender as adversidades dos seus visitantes, visto que é um bairro populoso.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

Historicamente, ter dificuldades tem sido associado à inferioridade e incapacidade, aspectos fundamentalmente utilizados para promover a segregação e a exclusão de pessoas com deficiência da sociedade (VILELA e LEITE, 2017).

2.1.1 Tipos de deficiências

Os dois últimos censos brasileiros, realizados pelo IBGE nos anos de 2000 e 2010, demonstram que houve um crescimento relativo de 12,29% da população brasileira, o que resulta em um crescimento médio geométrico anual de 1,17%. Porém, no mesmo período, o crescimento relativo e a taxa de pessoas com deficiência, foram, respectivamente, 85,39% e 6,37%. Logo, percebe-se que o aumento de pessoas com deficiência não acompanhou o crescimento populacional do restante da população brasileira.

Segundo Lenzi (2016), a proporção de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas e a análise segundo os grupos de idade, mostra que o processo de envelhecimento no Brasil tem influenciado no aumento da proporção de pessoas com deficiência. Esse aspecto se mostra mais evidente devido as perdas auditivas, motoras e visuais dos indivíduos, consequências diretas desse envelhecimento.

Nesse contexto, para melhor compreender sobre os tipos de deficiências, deve-se levar em consideração o Decreto n. 5.296 (2004), pois é a mais atual regulamentação brasileira que estabelece os cinco tipos de deficiências: auditiva, física, intelectual, múltipla e visual. Assim, institui-se que:

Deficiência física:

É a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296, 2004, art. 5º, §1º, I, “a”, c/c Decreto nº 3.298, 1999, art. 4º, I).

Deficiência auditiva: “É a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (Decreto nº 5.296, 2004, art. 5º, §1º, I, “b”, Decreto nº 5.298, 1999, art. 4º, II).

Deficiência visual:

É a cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Decreto nº 5.296, 2004, art. 5º, § 1º, alínea 'c').

Deficiência mental: É o “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. Trabalho” (Decreto nº 5.296, 2004, art. 5º, § 1º, alínea 'd').

O Decreto nº 3.298/1999 define deficiência, deficiência permanente e incapacidade, nos termos de seu artigo 3º, in verbis, como sendo:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Decreto nº 3.298/1999, artigo 3º).

Segundo Nogueira (2018), pessoas com deficiência são aquelas física, sensorial e intelectualmente prejudicadas, que podem ter obstruído sua participação em igualdade com as demais ao interagir com barreiras atitudinais e ambientais. Assim, a incapacidade não constitui uma doença, e as políticas sociais, voltadas a esse grupo populacional, não se restringem às ações clínicas e assistenciais.

Cada tipo de deficiência traz em si diferentes necessidades. Uma pessoa que não enxerga possui dificuldades e necessidades distintas de outra que utiliza cadeira de rodas ou

muletas, por exemplo. Basicamente, as pessoas com deficiência visual atravessam dificuldades relacionadas à orientação. Quem tem mobilidade reduzida, como um usuário de cadeira de rodas, enfrenta dificuldade de locomoção. Já as pessoas com deficiência auditiva encontram obstáculos na comunicação (CruzRiascos, 2017).

Oliveira Pires *et al* (2014) define deficiência como uma anormalidade nos órgãos, sistemas e estruturas do corpo. A deficiência é consequência da incapacidade, do ponto de vista do desempenho funcional na realização das atividades diárias. A dependência resulta da interação entre a disfunção apresentada pela pessoa, a limitação de suas atividades, a restrição em sua participação social, e os fatores ambientais que podem atuar como facilitadores ou barreiras para o desempenho dessas atividades e participação social. A dependência reflete a adaptação do indivíduo ao meio ambiente, sendo resultante da deficiência e incapacidade.

2.1.2 Normas técnicas

Para certificar a inclusão social e cidadania das pessoas com deficiência, pois cada indivíduo tem direito à igualdade de oportunidades, existem diversas Normas Técnicas. Têm-se, portanto:

- NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- NBR 13994 – Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoa Portadora de Deficiência;
- NBR 14020 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Longo Percurso;
- NBR 14021 - Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano;
- NBR 14273 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência no Transporte Aéreo Comercial;
- NBR 14970-1 Acessibilidade em Veículos Automotores- Requisitos de Dirigibilidade;
- NBR 14970-2 - Acessibilidade em Veículos Automotores- Diretrizes para avaliação clínica de condutor;
- NBR 14970-3 Acessibilidade em Veículos Automotores- Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado;
- NBR 15250 - Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário;
- NBR 15290 - Acessibilidade em comunicação na televisão;
- NBR 15320:2005 - Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário;
- NBR 14022:2006 - Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiro;
- NBR 15450:2006 - Acessibilidade de passageiro no sistema de transporte aquaviário;

- NBR 15570 - Transporte - Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros;
- NBR 16001 - Responsabilidade social - Sistema da gestão - Requisitos;
- NBR 15599 - Acessibilidade - Comunicação na Prestação de Serviços.

Destarte, a norma guia para engenharia civil é a NBR 9050(2004), pois estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

Sendo assim:

Todos os espaços, as edificações, os mobiliários e os equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto na norma 9050 para serem considerados acessíveis (GHIRALDI, 2014).

2.1.3 Aspectos legais Sobre Acessibilidade

A Constituição brasileira de 1988 tem como seus princípios a efetivação da igualdade. Logo, a inclusão das pessoas com deficiência está assegurada por ela e, sendo assim, o ambiente social deve ser acessível a todos, propiciando ao indivíduo as mesmas condições de inclusão e a mesma possibilidade de desenvolverem atividades para sua vida com dignidade (ARAUJO e MAIA, 2016). Portanto, os logradouros e edifícios de uso público a serem construídos devem garantir o acesso adequado para as pessoas com deficiência, de acordo com o disposto no artigo 227, §2º, da Lei Maior. Ademais, essa consideração também é válida para os veículos de transporte coletivo a serem fabricados (ARAUJO e MAIA, 2016).

Posteriormente à Convenção das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência (PCD's), a questão da acessibilidade passou a ter uma notoriedade, de forma mais existente, sobretudo após a entrada em vigor da Lei 10.098 de 2000. Porém, segundo Xavier *et al* (2016), ao longo de dezesseis anos, não obstante à existência deste aspecto normativo formal, o segmento social ainda enfrenta uma completa ausência de políticas públicas efetivas, que efetivem, na prática, aquilo que a Legislação ordena.

Segundo Ferreira (2019), após a publicação no Diário Oficial da União (DOU) do Decreto n. 6.949 aos 25 dias de agosto de 2009, no Brasil, incorporou-se à sua legislação a “Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo”. Os princípios da Convenção listavam:

- a) O respeito pela dignidade inerente, à autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) A não discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

A Lei n. 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) publicada no DOU, em 06 de julho de 2015, ratificou o acordo assinado em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, durante a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Logo, segundo Ferreira (2019), o Estatuto da Pessoa com Deficiência dispõe sobre os direitos fundamentais garantidos à pessoa com deficiência, sendo eles:

- a) Direito à vida;
- b) Direito à habilitação e à reabilitação;
- c) Direito à saúde;
- d) Direito à educação;
- e) Direito à moradia;
- f) Direito ao trabalho;
- g) Direito à assistência social;
- h) Direito à previdência social;
- i) Direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer;
- j) Direito ao transporte e à mobilidade.

A mobilidade com autonomia e segurança constituem um direito universal, e resultam das conquistas sociais e do conceito de cidadania. Portanto, a aplicação das normas técnicas ao espaço construído para conferir se o ambiente pode ser um facilitador, pois as mesmas garantem o direito de igualdade sem nenhuma forma de discriminação entre as pessoas, ou um agente que muitas vezes dificulta ou impede a utilização do espaço construído por todas as pessoas (CAMBRUZZ, 2013).

Diante desse contexto, observa-se que o país tem dado passos para combater a discriminação da pessoa com deficiência. Porém, sabe-se que a luta deve ser constante para promover à igualdade de direitos e oportunidades a todos sob a jurisdição do território nacional. De acordo com Reis (2017), a nova lei ajuda assegurar e promover as condições de igualdade, e o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais à pessoa com deficiência, visando a inclusão social e a cidadania.

2.1.4 Acessibilidade Pública

A acessibilidade é um conceito atual que é bastante recorrente na literatura arquitetônica e urbanística nos últimos 10 anos. A mesma faz menção à propriedade do planejamento urbano, construção, meios de transporte e comunicação para facilitar a autonomia pessoal das pessoas, quaisquer que sejam sua idade e condições físicas psíquicas e/ou sensoriais (FERNÁNDEZ, 2014).

Logo, o espaço acessível, entendido como uma pré-condição para a participação na sociedade e na economia, exige que, a partir do ordenamento territorial e planejamento, se contemple a diversidade de seres humanos, já que, além de buscar garantir o acesso ao meio físico, é responsável pela circulação, uso, orientação, segurança e funcionalidade. Desse modo, busca-se alcançar uma integralidade, ou seja, deve haver acessibilidade à cidade, aos prédios, no interior dos edifícios e a cada uma das funções do território (GARCIA *et al*, 2018).

A legislação assegura o direito de acesso, circulação e utilização dos espaços públicos pelos portadores de deficiência, e pelas pessoas com mobilidade reduzida. Dá-se, assim, prioridade ao atendimento dos portadores de deficiências de qualquer tipo e de idosos em repartições públicas e outros locais, e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Prima, ainda, por assegurar as condições de acessibilidade arquitetônicas, urbanísticas, de transportes, de comunicação e informação (VASCONCELOS e PAGLIUCA, 2006).

Azevedo (2015) realizou, em sua pesquisa, uma avaliação das instalações físicas dos hospitais públicos de João Pessoa-PB, com vistas a acesso para pessoas com deficiência. No entanto, pôde-se constatar que há uma grande dificuldade de acesso dessas pessoas aos serviços de saúde devido às barreiras arquitetônicas existentes, como, por exemplo: presença de escadas, degraus altos, banheiros não adaptados, poços em vias públicas. Portanto, a falta deles põe em risco a integridade física das pessoas e dificulta a mobilidade da PD. Nesse sentido, o planejamento e a urbanização de

vias públicas e outros espaços públicos precisam ser imaginados e executados de forma a torná-los acessíveis aos PDs ou àqueles que possuem mobilidade reduzida.

Tagliari *et al* (2006) realizaram sua pesquisa em 27 escolas da rede pública de Passo Fundo, concluindo, desse modo, que a maioria dessas instituições de ensino não estão adaptadas aos deficientes físicos, sendo que apenas uma escola das escolas visitadas foi construída com projeto de favorecer a acessibilidade das PDF. Ainda, foi verificado pelos mesmos que a maioria das escolas não tem projetos para eliminação das barreiras arquitetônicas e ambientais das mesmas.

Guedes e Silva (2017), por sua vez, estudaram as condições de acessibilidade das edificações públicas municipais do Recife. Os mesmos realizaram 9 visitas às edificações, constatando que os prédios analisados não apresentam construção específica para o fim que os cabe, pois, em diversos casos, são locais improvisados em antigas residências adaptadas para abrigar o serviço disponibilizado em função da necessidade da população local, principalmente as que apresentam alguma deficiência.

Alperstedt Neto *et al* (2017) realizaram sua pesquisa no período que ocorreu durante os anos de 2016 e 2017, os mesmos objetivaram estudar a acessibilidade de alguns pontos da cidade de Florianópolis, logo, concluíram que entre os maiores problemas da cidade encontrado pelos deficientes estão: a irregularidade das calçadas, falta de rampas de acesso, buracos, diversos obstáculos, rebaixamentos de meio fio e à largura das calçadas.

Barreto e Coutinho (2012) discutiram em sua pesquisa sobre a acessibilidade da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, localizada na cidade de Salvador; logo, foi observado que as condições de acesso ao prédio inviabilizam o livre trânsito de pessoas em uso de cadeira de rodas, muletas ou outros dispositivos de ajuda, pois o que se refere aos estacionamentos e calçadas observou-se que estes não atende ao previsto na lei 10.098 /2000 e na ABNT/NBR 9050, uma vez que não dispõe de vagas reservadas para pessoas com deficiência próximas às calçadas e perpendiculares ao meio fio, já às calçadas, não há rebaixamento do meio fio ou presença de rampas para ligar a vaga ou o acesso à entrada da biblioteca, além de não possuir sinalização vertical e horizontal indicando que existe a disponibilidade de recursos para pessoas com necessidades especiais.

2.2 Estudo de caso

Para fundamentar o estudo, foi realizada uma pesquisa de campo com objetivo de buscar as informações sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência nos dois principais shoppings do

bairro Campo Grande. Logo, a ênfase maior foi analisar as condições de acessibilidade da estrutura arquitetônica e identificar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência física.

Os shoppings estudados foram o West Shopping (Figura 1 A), localizado na Estrada do Mendanha, nº 555, inaugurado em setembro de 1997 e que passou pelo processo de expansão nos meados de 2010. O outro, por sua vez, o Park Shopping Campo Grande (Figura 1 B), localizado na Estr. do Monteiro, nº 1200 e inaugurado em novembro de 2012.

Figura 1 - Shoppings de Campo Grande

A

B

Fonte: (Diário carioca - Veja Rio, 2019)

2.2.1 Acessibilidade do Park Shopping Campo Grande

O Park Shopping Campo Grande é visitado diariamente por centenas de pessoas e, logo, se faz necessário uma acessibilidade arquitetônica para que o mesmo possa atender toda essa demanda. Nesse contexto, através de visitas em campo, foram levantados dados sobre o tema em questão, que serão percorridos a seguir.

Um ponto observado durante as visitas foi que o shopping usufrui de vagas para pessoas idosas e portadores de deficiência, atendendo o que estabelece a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que determina que 5% do total de vagas do estacionamento regulamentado sejam destinadas a idosos e 2% os portadores de deficiência. Logo, foi averiguado que todo estacionamento comporta vagas para esses públicos, como pode ser visualizado na figura 2.

Tratando-se acessibilidade para deficientes visuais, pode-se perceber que a entrada do shopping disponibiliza piso tátil (Figura 3), o que auxilia na mobilidade, uma vez que informam e direcionam esses clientes durante suas compras. Assim sendo, pode-se mencionar que a execução desse piso atende o que estabelece a NBR 9050.

Todos os sanitários estão bem sinalizados com o símbolo internacional de acesso (Figura 4 A). Ademais, cabe mencionar que os mesmos possuem barras de apoio de 4 cm (Figura 4 B), as áreas de transferência lateral, perpendicular, diagonal e a altura da bacia sanitária, obedecem aos parâmetros da Norma NBR 9050.

Figura 4 - Sanitários do Park Shopping Campo Grande

Fonte: (Próprio Autor, 2019)

O Park Shopping desfruta de um espaço que garante a acessibilidade de todos, principalmente na sua entrada, que garante o livre acesso para pessoas com deficiências físicas, visuais e de mobilidade reduzida, pois conta com piso tátil e um espaço destinado para entrada dos deficientes com mobilidade reduzida que usam acessórios. Tais detalhes podem ser observados na figura 5.

Figura 5 - Entrada do Park Shopping Campo Grande

Fonte: (Próprio Autor, 2019)

Observa-se que projeto de acessibilidade arquitetônica adotado na construção do Park Shopping Campo Grande facilita, atualmente, a segurança do acesso dos seus clientes com deficiências ou mobilidade, pois as barreiras físicas foram eliminadas, com a adequação da infraestrutura. Houve adaptação de portas e banheiros, e a promoção de espaço suficiente que garante o acesso dos deficientes com mobilidade reduzida na utilização desses artigos. Ademais,

pode-se mencionar que o mesmo conta com telefone com altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, elevadores para o acesso ao segundo piso, entre outros.

2.2.2. Acessibilidade do West Shopping

Em um segundo momento, foram realizadas visitas no West Shopping, objetivando analisar a acessibilidade arquitetônica do local. No acesso ao shopping existe um sinal de pedestres e uma rampa, que se apresentam como obstáculo para os clientes com deficiência haja vista que estão com buracos e desnivelamentos, atrapalhando, desse modo, a locomoção (Figura 6).

Figura 6 - Acesso ao West Shopping

Fonte: (Próprio Autor, 2019)

Na entrada principal existe uma rampa de acesso para o shopping (Figura 7 A e 7 B); porém, a sua localização é de difícil visualização e ainda não existe sinalização da sua existência. Outrossim, a largura da rampa é de 1,50 m atendendo o que estabelece a NBR 9050; no entanto, a inclinação visualmente não atende o que estabelece a norma e, assim sendo, essas barreiras não garantem o livre acesso para os clientes com deficiências. Além disso, o mesmo possui duas entradas de acesso; porém, só a citada anteriormente possui entrada para cadeirante.

Figura 7 - Rampa de acesso ao West Shopping

A

B

Fonte: (Próprio Autor, 2019)

Quanto ao estacionamento do shopping, foi observado que existem vagas para pessoas idosas e portadores de deficiência, e que os pisos do 1º e 2º pavimentos, mais a parte de expansão do estacionamento, comportam vagas para esses públicos. Tal panorama pode ser visualizado na figura 8.

Figura 8 - Estacionamento do West Shopping

Fonte: (Próprio Autor, 2019)

No shopping existem dois sanitários de PNE de uso comum para ambos os sexos, sendo um no 1º pavimento e outro no 2º pavimento. No entanto, o sanitário do 1º piso não está sinalizado (Figura 9) e, para se obter acesso ao mesmo, é necessário acionar um dispositivo para a administração liberar o uso. As áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal, analisadas visualmente, também não obedecem aos parâmetros da NBR 9050. O banheiro do 2º piso, por sua vez, está sinalizado, o acesso é liberado, e as áreas de transferência atendem às diretrizes da norma.

Fonte: (Próprio Autor, 2019)

Observa-se, desse modo, que na acessibilidade arquitetônica do West Shopping existe uma ausência muito grande de sinalização, que são encontradas diversas barreiras físicas como as áreas de transferência são inadequadas, que a inclinação da rampa e as portas não são adaptadas, entre outros fatores. Porém, foram encontrados facilitadores que permitem o acesso dos deficientes como vagas de prioridade, telefone com altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, elevadores para o acesso ao segundo piso, dentre outros.

2.3 Discursão

Diante dos dados percorridos anteriormente, acerca da acessibilidade dentro do Park Shopping e do West Shopping, pode-se realizar uma análise da questão.

No Park Shopping, pode-se observar que as áreas de circulação interna são amplas e acessíveis. Já o West Shopping, por sua vez, possui áreas estreitas, e uma rampa de acesso que apresenta, visualmente, angulação inadequada e com ausência de corrimãos. No mesmo também não foi encontrado piso tátil que facilite o acesso de deficientes visuais.

Em relação aos sanitários PNE, o Park Shopping usufrui de dois banheiros: um feminino e o outro masculino, com uma ótima infraestrutura, localização bem sinalizada e em diversos pontos dos shoppings, o que promove melhor o seu acesso. Já os banheiros do West Shopping, não têm uma sinalização adequada, suas áreas de transferência são inadequadas, o mesmo é utilizado por ambos os sexos, sendo que esse uso coletivo pode gerar transtorno entre os clientes deficientes.

Ambos os Shoppings usufruem de vagas para pessoas idosas e portadores de deficiência. Essa prática garante a acessibilidade à qual os idosos e deficientes físicos tem como direito determinado por lei.

Diante desse contexto, pode-se citar que apesar do West Shopping ser visitado diariamente e receber cerca de 11 milhões de pessoas/ano, existe falha na acessibilidade arquitetônica do local. Portanto, a administração do mesmo deve reavaliar essa questão, pois todos os lugares, sendo ele público ou privado, devem ser adaptados, com o objetivo de promover a maior acessibilidade possível aos indivíduos. Já o Park Shopping desfruta de uma ótima acessibilidade arquitetônica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O censo de 2010, promovido pelo IBGE, demonstra que houve um crescimento na taxa de pessoas com deficiência e população, sendo eles, respectivamente, 85,39% e 6,37%. Logo, o aumento de pessoas com deficiência não acompanhou o crescimento populacional do restante da população brasileira. Diante desses dados, tornam-se relevantes novas pesquisas sobre a acessibilidade para deficientes físicos em locais públicos.

Os espaços públicos de circulação dos portadores de deficiência física, como shoppings, devem proporcionar acesso adequado aos edifícios. Logo, os projetos arquitetônicos de acessibilidade devem atender o que estabelece a NBR 9050/2004.

No estudo de caso e no levantamento das fontes bibliográficas, foi possível perceber que existem diversas barreiras arquitetônicas em âmbitos públicos, sendo elas responsáveis pela ausência de acessibilidade adequada que impede as pessoas deficientes usufruírem de um acesso livre a todos os ambientes.

A pesquisa permitiu verificar se as adaptações do Park Shopping e West Shopping atendiam o que determina a legislação e NBR 9050/2004. Porém, pode-se concluir que, apesar do West Shopping ser visitado diariamente e receber milhões de pessoas/ano, existe falha na acessibilidade arquitetônica do local, não atendendo o que estabelece a norma. Diante desses dados, pode-se concluir que a pessoa portadora de necessidades especiais encontra, diariamente, barreiras que dificultam o seu acesso de ir e vir, direito esse estabelecido em lei, mas que nem sempre é cumprido em sua completude.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz Alberto David; MAIA, Maurício. A cidade, o dever constitucional de inclusão social e a acessibilidade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 1, p. 225-244, 2016.

Associação Brasileira De Normas Técnicas - ABNT; 2004, **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BARRETO, Tatiane Lima Menezes; COUTINHO, I. J. Avaliação de acessibilidade da biblioteca pública do estado da Bahia: discussões e reflexões. **Revista Baiana de Terapia Ocupacional**, p. 57-65, 2012.

BRASIL, Legislação Lei Federal Nº 10.098/2000, Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Consultada em 09 de junho de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Dezembro de 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de Novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

Brasil. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2019.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira; DA COSTA, Maria da Piedade Resende; DENARI, Fátima Elisabeth. Acessibilidade de um cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotinas. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 46, p. 351-366, 2013.

CRUZ-RIASCOS, Sonia Aguiar et al. MEDIAÇÃO INFORMACIONAL PARA ACESSIBILIDADE: PERSPECTIVAS PARA O SETOR PÚBLICO. In: **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB)**. 2017.

DE AZEVEDO, Thalita Rodrigues et al. Accesibilidad para personas con discapacidad física en los hospitales públicos. **Enfermería Global**, v. 14, n. 37, p. 310-318, 2015.

DE SOUZA, Josimar dos Reis; DE MELO, Cristiane Aparecida Silva Moura. O estudo da evolução da acessibilidade e mobilidade enquanto fator fundamental de inclusão no processo de urbanização contemporâneo. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 12, n. 4, 2016.

Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (1999). **Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República.

Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (2004). **Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República.

FERNÁNDEZ, María Paula. Estudio de accesibilidad de espacios público–privado en la ciudad de Temuco-Chile. Método de valoración de accesibilidad. **Revista Salud UIS**, v. 46, n. 3, 2014.

FERREIRA, Rafael Lima Medeiros et al. **A biblioteca universitária e a pessoa com deficiência: recomendações de acessibilidade para o SISTEBIB/UFAM**. 2019.

FONSECA, Priscilla Rodrigues. As contradições entre centralidade e mobilidade na periferia do Rio de Janeiro: o caso do bairro de Campo Grande. **Chão Urbano (Online)**, v. 1, p. 1-20, 2013.

GHIRALDI, André Luiz Dias. **Análise de acessibilidade em calçadas, vias públicas e prédios públicos na cidade de doutor Camargo-PR**. 2014. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Civil) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Campo Mourão, PR, 2014.

GUEDES, Viviany Nogueira; DA SILVA, Arícia Fernandes Alves. Avaliação das condições de acessibilidade em edificações públicas de serviço de assistência social em Recife-PE. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 29, 2017.

IBGE (2007). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Report on the I Joint Pilot Test on Disability for the 2010 Demographic Census, I Prova Piloto Conjunta sobre Pessoas com Deficiência, paper presented at the Workshop “**Ronda de Censos 2010. Una visión armonizada**”, CELADE, Santiago de Chile, June 2007.

LENZI, Maíra Bonna. **Os dados sobre deficiência nos censos demográficos brasileiro**. Anais, p. 1-20, 2016.

LINARES-GARCÍA, Johana; HERNÁNDEZ-QUIRAMA, Andrea; MAURICIO ROJAS-BETANCUR, Hector. Accesibilidad espacial e inclusión social: experiencias de ciudades incluyentes en Europa y Latinoamérica. **CIVILIZAR: Ciencias Sociales y Humanas**, v. 18, n. 35, 2018.

NETO, Carlos Augusto Alperstedt; DE ROLT, Carlos Roberto; ALPERSTEDT, Graziela Dias. Acessibilidade e Tecnologia na Construção da Cidade Inteligente. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n. 2, p. 291-310, 2018.

NOGUEIRA, Lilian de Fátima Zanon; OLIVER, Fátima Corrêa. Accessibility centers in brazilian federal institutions and contributions of occupational therapists for the inclusion of persons with disabilities in higher education. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 4, p. 859-882, 2018.

OLIVEIRA PIRES, Fernanda Rosa de et al. Barreras y facilitadores arquitectónicos: un desafío para la independencia funcional. **Index de Enfermería**, v. 23, n. 3, p. 124-128, 2014.

REIS, Anderson de Araújo; MOTA, Paloma Marcelino; JESUS, Danilo Mota de. Lei brasileira de inclusão n. 13.146/2015: do direito à educação. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FÓRUM PERMANENTE DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL**, 10., 2017. Anais..., 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/content/10o-encontro-internacional-de-formacao-de-professores-enfope-e-o-11o-forum-permanente-de>. Acesso em: 20 maio. 2019

TAGLIARI, Carina; TRÊS, Francesca; DE OLIVEIRA, Sheila Gemelli. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **Revista Neurociências**, v. 14, n. 1, p. 10-14, 2006.

VASCONCELOS, Luciana Rodrigues; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Mapeamento da acessibilidade do portador de limitação física a Serviços Básicos de Saúde. **Escola Anna Nery**, [s.l.], v. 10, n. 3, p.494-500, dez. 2006. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-81452006000300019>.

VILELA, Laiza Oliveira; LEITE, Lúcia Pereira. Effects of an intervention on the participation of people with disability in the workplace. **Estudos de Psicologia (campinas)**, [s.l.], v. 34, n. 1, p.185-195, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752017000100018>.

XAVIER, André *et al.* **A insuficiência de acessibilidade no estado da Bahia**. 2018.